

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 21.07.2026

Reforçar a consciência de autogestão da saúde e promover a melhoria do nível de saúde de toda a população

O Conselho de Estado publicou, recentemente (dia 13), o Décimo Quinto Plano Quinquenal para a Saúde Nacional, definindo os objectivos e as estratégias do trabalho de saúde nacional no período do referido Plano Quinquenal, bem como a forma como Macau se articula com os objectivos estratégicos da “China Saudável 2030”, a fim de elevar o nível geral de saúde dos residentes e fazer face à tendência de envelhecimento da população de Macau, às mudanças do ambiente social e dos hábitos de vida dos residentes, bem como aos riscos e desafios que as diversas doenças transmissíveis acarretam para a saúde pública em diferentes partes do mundo, providenciando assim orientações claras.

No entanto, promover a melhoria do nível geral da saúde dos residentes não depende só do apoio das políticas do Governo, cada pessoa é o primeiro responsável pela sua própria saúde, por isso, os respectivos trabalhos devem contar com os esforços e colaboração de toda a sociedade. O que merece o nosso reconhecimento é que o “Plano de Acção para Macau Saudável”, elaborado pelo Governo em 2024, define claramente a orientação política e a estratégia de acção, com vista a transformar o comportamento passivo dos residentes na gestão activa da sua saúde. Recentemente, foram lançadas ou concluídas iniciativas inovadoras e dinâmicas, incluindo o “Inquérito sobre a Saúde de Macau 2026” e a campanha “Desafio de Emagrecimento para toda a Cidade - A Força da Nutrição e do Exercício Físico”, para sensibilizar a população para a importância da gestão da saúde. Com base nestes trabalhos, os diversos sectores da sociedade esperam que, através da cooperação tripartida entre os serviços de saúde públicos, privados e sem fins lucrativos, sejam proporcionadas mais facilidades e incentivos, no sentido de elevar o sentido de responsabilidade dos residentes na autogestão da saúde.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Proporcionar condições convenientes para apoiar a autogestão da saúde. Actualmente, o Governo já lançou a “Minha saúde” na “Conta única” e a plataforma integrada de rastreio de cancro, etc. Com base nisso, propõe-se que, no futuro, com base nos serviços públicos electrónicos, nas tecnologias de inteligência artificial e no desenvolvimento de cuidados de saúde inteligentes, seja acelerada a optimização da troca de dados médicos, explorando novas formas e funções de monitorização activa, análise e alerta de risco relativos a doenças crónicas, rastreio do cancro e informações sobre estilos de vida saudáveis. Assim, através de tecnologias, os residentes poderão implementar a autogestão da saúde, sendo possível generalizar a consciência dos residentes de “ser o primeiro responsável pela saúde”.

2. Continuar a descentralizar os recursos para consolidar uma vida comunitária saudável. Dar continuidade às boas práticas de colaboração entre o Governo, instituições comunitárias sem fins lucrativos e instituições médicas privadas implementadas nos programas de “Rastreio de Doenças Crónicas”, de “Gestão de Doenças Crónicas” e de Saúde Escolar, através da melhoria contínua do sistema de financiamento e da aquisição de serviços e de programas de subsídios médicos, aumenta-se o número de vagas para serviços e actividades relativas às doenças crónicas, saúde psicológica, educação para a saúde, cuidados de saúde comunitários, entre outros serviços e actividades. E, com isso, consolida-se o número de profissionais médicos, melhoram-se as suas remunerações e perspectivas de desenvolvimento profissional e reforça-se a resiliência do sistema de cuidados médicos primários.

3. Alargar o trabalho de rastreio para reforçar a prioridade da prevenção. “Detecção precoce, com diagnóstico e tratamento precoces” é sempre a estratégia eficaz para a prevenção e controlo do cancro e doenças crónicas, sendo o rastreio de doenças o meio e caminho importante para concretizar esta estratégia. Espera-se que, no futuro, através da utilização de dados de saúde relacionados com o cancro, doenças crónicas e outras, bem como da descentralização de recursos para as comunidades, se possa alargar progressivamente a cobertura dos diversos programas de rastreio, incluindo o cancro da mama, que ocupa o primeiro lugar na taxa de incidência de cancro entre as mulheres. Pode-se tomar como referência o modelo de rastreio do cancro do colo de útero para alargar as instituições e locais comunitários de implementação do actual “Programa de rastreio do cancro da mama”, favorecendo a consciencialização das mulheres para a realização regular do rastreio. Quanto aos cancros do pulmão, da próstata e da tiróide, cujas taxas de incidência aumentaram acentuadamente nos últimos anos, pode-se estudar a viabilidade de implementar e expandir programas-piloto de rastreio específicos; aliás, face à crescente preocupação social com os riscos para a saúde mental e psicológica, deve-se igualmente prestar serviços de rastreio regular da saúde mental.